

Educação:

Adriana Regina Vettorazzi Schmitt
Jacinta Lúcia Rizzo Marcom
(Organizadoras)

4

*Da vida quero o abraço, um sorriso, um passo a passo, alegria, imperfeição,
ensinar é aprender
ver o mundo,
Gente e letra, dando as mãos, aprender é transformar, ler o mundo, o meu lugar,
compreender,
conhecer meu
próprio chão,
criar asas
pra voar, alcançar a imensidão, à distância, nem olhar, o meu eu, libertação.*

DIÁLOGOS
CONVERGENTES
E ARTICULAÇÃO
INTERDISCIPLINAR

Atena
Editora

Ano 2021



Educação:

Adriana Regina Vettorazzi Schmitt
Jacinta Lúcia Rizzo Marcom
(Organizadoras)

4

*Da vida quero o abraço, um sorriso, um passo a passo, alegria, imperfeição,
ensinar é aprender
ver o mundo,
Gente e letra, dando as mãos, aprender é transformar, ler o mundo, o meu lugar,
compreender,
conhecer meu
próprio chão,
criar asas
pra voar, alcançar a imensidão, à distância, nem olhar, o meu eu, libertação.*

DIÁLOGOS
CONVERGENTES
E ARTICULAÇÃO
INTERDISCIPLINAR

 **Atena**
Editora

Ano 2021



Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2021 Os autores

Copyright da edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Educação: diálogos convergentes e articulação interdisciplinar 4

Diagramação: Maria Alice Pinheiro
Correção: Flávia Roberta Barão
Indexação: Gabriel Motomu Teshima
Revisão: Os autores
Organizadoras: Adriana Regina Vettorazzi Schmitt
Jacinta Lúcia Rizzi Marcom

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E24 Educação: diálogos convergentes e articulação interdisciplinar 4 / Organizadoras Adriana Regina Vettorazzi Schmitt, Jacinta Lúcia Rizzi Marcom. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-499-0

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.990212209>

1. Educação. I. Schmitt, Adriana Regina Vettorazzi (Organizadora). II. Marcom, Jacinta Lúcia Rizzi (Organizadora). III. Título.

CDD 370

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access, desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

APRESENTAÇÃO

Esta obra adota o termo Inclusão social sob o aspecto do direito à participação e fruição de bens e direitos socialmente construídos. E a educação nesse contexto na perspectiva da educação humanizadora.

A seleção de trabalhos científicos, voltados à temática dos direitos das pessoas com deficiência (PcD) e da Educação, visa a inclusão através do compartilhamento dos conhecimentos sobre suas especificidades, através da abordagem de Leis, estratégias e metodologias de atendimentos/ações, ensino/aprendizagem.

Apresenta-se um vasto conteúdo que contempla a grande diversidade de olhares e experiências dos autores que pesquisam e/ou trabalham as questões da inclusão, da deficiência e da educação. Essas diferentes produções fomentam e enriquecem a acadêmica, a pesquisa e a práxis profissional dos pesquisadores e intervencionistas nessas áreas.

É importante mencionar que as pesquisas apresentadas nesta obra são um relevante subsídio para o conhecimento e a democratização da evolução conceitual das políticas públicas inclusivas no Brasil.

A Constituição Federal Brasileira de 1988 afirma a pessoas com deficiência como sujeito de direitos especiais, como sujeito dos direitos basilares, resultantes de sua condição peculiar de pessoas que necessitam de efetividade nas políticas públicas.

Em 2008 a Política nacional da educação especial na perspectiva da educação inclusiva veio acrescentar que “O movimento mundial pela inclusão é uma ação política, cultural, social e pedagógica, desencadeada em defesa do direito de todos os alunos de estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação[...]” (p. 5).

Em 2015 a Lei Brasileira de inclusão (Estatuto da Pessoa com Deficiência) adota um modelo social de deficiência e se apresenta com um instrumento legal de direitos humanos para todas as pessoas com deficiência, reafirmando o direito de gozo de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais, identificadas como pessoas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

É importante destacar o contributo da Lei nº 12.764, de dezembro de 2012 que dispõe sobre os direitos da pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e a Lei nº 12.796 de abril de 2013 que assegura a educação especial oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

A Educação é uma das áreas de transversalidade das políticas públicas para a efetiva inclusão e cidadania da Pessoa com Deficiência, visando um contexto de igualdade de oportunidades para garantir, proteger e assegurar o exercício pleno e equitativo de

todos os direitos humanos e liberdades fundamentais.

Nesse contexto, esta obra enfatiza a importância da educação como ferramenta de inclusão de pessoas com deficiência. Sendo uma rica contribuição para o conhecimento da temática dos direitos humanos, na busca de efetivação da cidadania, igualdade de oportunidades e inclusão social.

Boa leitura!

Adriana Regina Vettorazzi Schmitt

Jacinta Lúcia Rizzi Marcom

SUMÁRIO

IV. INCLUSÃO SOCIAL, PCD E EDUCAÇÃO DIÁLOGOS CONVERGENTES E ARTICULAÇÃO INTERDISCIPLINAR

CAPÍTULO 1..... 1

SALA DE AULA PARA TODOS(AS): UTOPIA OU REALIDADE?

Adriana Regina Vettorazzi Schmitt

Luci Mary Duso Pacheco

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9902122091>

CAPÍTULO 2..... 9

A ESCOLARIZAÇÃO DE PESSOAS COM SÍNDROME DA TALIDOMIDA

Jesse Budin

Renato Salla Braghin

Leonel Piovezana

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9902122092>

CAPÍTULO 3..... 20

PERCEÇÃO FAMILIAR SOBRE INCLUSÃO ESCOLAR NA PERSPECTIVA DE BOURDIEU

Marlene Rodrigues

Juliana Gisele da Silva Nalle

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9902122093>

CAPÍTULO 4..... 35

A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E O USO DAS SALAS DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS EM ESCOLAS MUNICIPAIS DE OLINDA: UMA APROXIMAÇÃO ENTRE O LEGAL E O REAL

Elisabeth Donisete de Gois Sena

Márcia Regina Barbosa

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9902122094>

CAPÍTULO 5..... 53

EDUCAÇÃO ESPECIAL VINCULADO AOS PRINCIPAIS PERIÓDICOS NACIONAIS: LEVANTAMENTO DE PRODUÇÕES

Diná Freire Cutrim

Claudia de Oliveira Vale

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9902122095>

CAPÍTULO 6..... 68

E AGORA? COMO ENSINAR UM(A) ESTUDANTE COM NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS NA LICENCIATURA EM FÍSICA?

Lucianno Cabral Rios

Brunna Stella da Silva Carvalho Melo

Neuton Alves de Araújo

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9902122096>

CAPÍTULO 7	79
A EDUCAÇÃO INFANTIL PARA A CRIANÇA COM A SÍNDROME CONGÊNITA DO ZIKA VÍRUS PELO ENSINO REMOTO	
Jaqueline Leandra de Menezes Pereira dos Santos Edicléa Mascarenhas Fernandes Elizabeth Rodrigues de Oliveira Pereira	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.9902122097	
CAPÍTULO 8	91
IMPLANTE COCLEAR: CONCEITOS E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS	
Jaqueline de Oliveira Costa Melo Ana Paula de Araújo Barca	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.9902122098	
CAPÍTULO 9	101
TERAPIA ASSISTIDA POR CÃES NA APRENDIZAGEM DE ADOLESCENTES COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL	
Simone Gomes Ghedini	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.9902122099	
CAPÍTULO 10	111
PRÁTICAS INCLUSIVAS NA CLASSE REGULAR EM ESCOLA PARTICULAR DE SÃO GONÇALO: UMA EXPERIÊNCIA DE 15 ANOS DE ATUAÇÃO	
Cristiane Batista Xavier de Moraes Cristiane Mendes Cunha Melo Vera Lucia Prudencia dos Santos Caminha Viviane de Oliveira Freitas Lione	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.99021220910	
CAPÍTULO 11	125
ESTADO DO CONHECIMENTO: UM OLHAR INVESTIGATIVO SOBRE O TRANSTORNO DO ESPECTRO DO AUTISMO (2012-2018)	
Emne Mourad Bouffleur Roseli Áurea Soares Sanches	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.99021220911	
CAPÍTULO 12	137
EDUCAÇÃO INCLUSIVA: AVANÇOS E DESAFIOS EM POÇÕES-BA	
Stela de Jesus Lucas Aguiar Tomaz Ferreira	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.99021220912	
CAPÍTULO 13	147
A UNIVERSIDADE NA INCLUSÃO E A LEI BRASILEIRA DE INCLUSÃO: O CASO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ - UFC	
Fernanda Cláudia Araújo da Silva	

Antonio Alex Dayson Tomaz

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.99021220913>

CAPÍTULO 14..... 156

ENSINO DE GEOMETRIA PARA UMA ALUNA CEGA

Elisabete Marcon Mello

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.99021220914>

CAPÍTULO 15..... 164

AS SUPERAÇÕES DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA EM IDADE ESCOLAR

Rodrigo Regert

Amanda Alexandre Cordeiro

Lanie Cristini Cordeiro

Joel Haroldo Baade

Deize Maria Baretta

Adelcio Machado dos Santos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.99021220915>

CAPÍTULO 16..... 169

CONTRIBUIÇÕES DA TEORIA DA INTEGRAÇÃO SENSORIAL FRENTE A INCLUSÃO ESCOLAR DO ALUNO COM TRANSTORNO DO ESPECTRO DO AUTISMO (TEA)

Tereza Sabina Souza Reis

Francisca Moraes da Silveira

Heridan de Jesus Guterres Pavão Ferreira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.99021220916>

CAPÍTULO 17..... 177

A IMPLEMENTAÇÃO DA HUMANIZAÇÃO NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM DO ALUNO COM DEFICIÊNCIA

Angélica Bort

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.99021220917>

CAPÍTULO 18..... 183

TEORIA DE VIGOTSKI (1896 - 1934): PRINCIPAIS CONCEITOS E IMPLICAÇÕES PARA UM PROJETO EDUCACIONAL PARA CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

Sandra Regina Barbosa

Edicléa Mascarenhas Fernandes

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.99021220918>

SOBRE AS ORGANIZADORAS..... 191

ÍNDICE REMISSIVO..... 192

CAPÍTULO 7

A EDUCAÇÃO INFANTIL PARA A CRIANÇA COM A SÍNDROME CONGÊNITA DO ZIKA VÍRUS PELO ENSINO REMOTO

Data de aceite: 02/09/2021

Jaqueline Leandra de Menezes Pereira dos Santos

Pedagoga e Psicopedagoga, Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação, Comunicação e Cultura da UERJ/ Faculdade de Educação da Baixada Fluminense (FEBF)

Edicléa Mascarenhas Fernandes

Psicóloga, Psicopedagoga, Mestre em Educação pela UERJ, Doutora em Saúde da Mulher e da Criança pelo IFF/FIOCRUZ. Professora da UERJ e UFF.

Elizabeth Rodrigues de Oliveira Pereira

Professora, Psicóloga, Mestre em Educação pela UERJ/FEBF.

RESUMO: O presente estudo aborda o processo educacional direcionado ao desenvolvimento das crianças com Microcefalia, decorrente do Zika Vírus, durante esse período de pandemia com toda a estrutura necessária, com o intuito de proporcionar auxílio do ensino remoto, visto que o acesso à escola por encontrar-se comprometido, dificulta a realização de atividades da Educação Infantil voltadas ao seu desenvolvimento e aprendizagem. É sabido que na vida escolar, é preciso uma proposta inclusiva que atenda a todas as necessidades dos alunos, tais como estrutura física adequada, qualificação dos educadores, além da educação permanente e, principalmente a compreensão sobre o problema, conscientizando toda a comunidade escolar.

Diante da gravidade acarretada pela COVID-19, estratégias foram criadas para que essas crianças não ficassem sem recursos dispostos a ajudá-las, além de orientar os responsáveis a participarem de todos os momentos.

PALAVRAS - CHAVE: Microcefalia; Ensino Remoto; Zika Vírus; Inclusão.

EARLY CHILDHOOD EDUCATION FOR CHILDREN WITH CONGENITAL ZIKA VIRUS SYNDROME BY REMOTE EDUCATION

ABSTRACT: The present study concerns to the educational process aimed at the development of children with Microcephaly resulting from the Zika Virus, during this pandemic period with all the necessary structure in order to provide assistance from remote education, since access to school by finding if compromised, it makes it difficult to carry out Early Childhood Education activities aimed at their development and learning. It is known that in school life, an inclusive proposal is very important for all students needs, such as adequate physical structure, educators qualification in addition to permanent education and, especially, understanding the problem and raising an awareness of the entire school community. In view of gravity caused by COVID-19, strategies were created so that these children did not run out of resources willing to help them, in addition to those responsible to participate at all times.

KEYWORDS: Microcephaly; Remote Teaching; Zika Virus; Inclusion.

1 | INTRODUÇÃO

O Zika é o primeiro vírus transmitido por mosquitos que causa malformação fetal, recaindo fortemente sobre pessoas e comunidades que estão em condição de vulnerabilidade socioeconômica e, muitas vezes, desassistidas pelo poder público (BRUNONI, 2016).

De acordo com o Ministério da Saúde, a Microcefalia é definida como:

(...) condição ocorrida quando o crânio do bebê não atinge o tamanho normal, influenciando no desenvolvimento mental. A alteração pode ser percebida ainda nas primeiras horas de vida por meio da medida do perímetro cefálico (medida da cabeça), que para o menino, a medida é igual ou inferior a 31,9cm e, para menina, igual ou inferior a 31,5cm, valendo para bebês nascidos com 37 ou mais semanas de gestação, segundo o protocolo atualizado em Março de 2016 (BRASIL, 2015).

Ao se falar em níveis de comprometimento encontrados na criança com microcefalia, causada pelo Zika Vírus, verifica-se que estes são muito variados, sendo fundamental que o profissional que atue com ela conhecê-la, bem como o seu quadro clínico, dessa forma é mais viável estabelecer uma proposta pedagógica que atenda as demandas encontradas na anamnese.

A criança com microcefalia apresenta outros problemas, como retardo mental, atraso nas funções motoras e de fala, distorções faciais, nanismo ou baixa estatura, hiperatividade, epilepsia, dificuldade de coordenação, equilíbrio e alterações neurológicas. Independente de sua necessidade, a inclusão e métodos de manter contato com o conhecimento, é válido ressaltar que cada aluno possui seu tempo de aprendizagem.

Monteiro e Fernandes (2017), em seus estudos demonstraram que a estimulação precoce estimula e amplia as competências, além de favorecer o desenvolvimento motor e cognitivo, tendo a figura do professor como um importante ator numa abordagem multiprofissional. São imprescindíveis atividades as quais estimulem a neuroplasticidade, que é a capacidade do sistema nervoso de mudar, adaptar-se e moldar-se estrutural e funcionalmente ao longo do desenvolvimento neuronal e quando sujeito a novas experiências.

Nos anos de 2018 e 2019, quatro anos depois do surgimento de casos, estes alunos possuem maior número de ingressos na Educação Infantil, o que pode se tornar ferramenta importante para os pesquisadores na investigação de comportamentos, dificuldades educacionais e metodologias favoráveis aos professores no processo de inclusão e ensino-aprendizagem, segundo a pesquisa dos autores Gomes e Câmara (2019).

Devido à pandemia, as atividades presenciais foram interrompidas, cabendo aos pais, juntamente com o apoio de professores de AEE (Atendimento Educacional Especializado), a aplicação dessas tarefas essenciais para as crianças acometidas pela SCZV (Síndrome Congênita do Zika Vírus).

21 EDUCAÇÃO INCLUSIVA E SEUS PRINCIPAIS MARCOS MUNDIAIS

No ano de 1990, realizou-se na Tailândia, em Jomtien, a Conferência Mundial sobre Educação para Todos, promovida pelo Banco Mundial, Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), tendo como foco, a satisfação das necessidades básicas de aprendizagem, com a presença de muitos educadores de diversas partes do mundo, e na qual foi aprovada a Declaração Mundial sobre Educação para Todos.

As estatísticas do início da década de 1990 apontavam que nos países pobres e em desenvolvimento, 100 milhões de crianças e jovens não tinham acesso à escolarização básica, e que apenas 2% de uma população com deficiência, estimada em 600 milhões de pessoas, recebia alguma modalidade de educação, de acordo com os estudos de Mendes (2006).

E continua a autora que estas evidências estimularam o consenso sobre a mobilização de esforços no intuito de atendimento às necessidades educacionais de inúmeros alunos, até então, privados do direito em acessar, ingressar, permanecer e ser bem sucedidos na escola básica, como preconizava a Declaração Mundial sobre Educação para Todos (1990).

Patrocinada pelo governo da Espanha e da UNESCO, em 1994 realizou-se a Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais, enfocando o acesso e qualidade do ensino e garantia do acesso à escola para as pessoas com deficiência, produzindo assim, a Declaração de Salamanca, considerada como o mais importante marco mundial na difusão da filosofia da Educação Inclusiva.

A partir do documento, Declaração de Salamanca, as teorias e práticas inclusivas estendem-se por vários países, inclusive no Brasil, trazendo como proposta, que as crianças e jovens com deficiências, devam ter acesso às escolas regulares que a elas devem adequar-se, visto que estas escolas constituem os meios mais capazes para o combate às atitudes discriminatórias, na construção de uma sociedade inclusiva com o objetivo de atingir a educação para todos (p. 8 e 9).

Segundo Fernandes e Orrico (2012), a Declaração de Salamanca é um desdobramento do Pacto de Educação para Todos, apontando para a necessidade da construção de uma escola centrada na heterogeneidade humana, seja do ponto de vista cultural, lingüístico, étnico, de gênero e no campo das peculiaridades e singularidades do humano, como é o caso das pessoas com deficiência.

Outrossim, o paradigma da inclusão globaliza-se, tornando-se palavra de ordem em praticamente todas as ciências humanas, no final do século XX. Diante dessa pandemia, o movimento em prol da Educação Inclusiva, trouxe em sua gênese, uma discussão em torno da Educação Especial e o ensino remoto, para que se torne um sistema de suporte

permanente e efetivo para os alunos especiais incluídos, assim como seus professores.

Com a finalidade de um atendimento escolar essencial, o Conselho Nacional de Educação (CNE) emitiu um Parecer sobre a reorganização do calendário escolar e possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual.

As atividades pedagógicas não presenciais podem acontecer por meios digitais (videoaulas, conteúdos organizados em plataformas virtuais de ensino e aprendizagem, redes sociais, correio eletrônico, blogs, entre outros); por meio de programas de televisão ou rádio; pela adoção de material didático impresso com orientações pedagógicas distribuído aos alunos e seus pais ou responsáveis; e pela orientação de leituras, projetos, pesquisas, atividades e exercícios indicados nos materiais didáticos. A comunicação é essencial neste processo, assim como a elaboração de guias de orientação das rotinas de atividades educacionais não presenciais para orientar famílias e estudantes, sob a supervisão de professores e dirigentes escolares (BRASIL, 2020 apud SOARES, PEREIRA & RODRIGUES, 2020)

De acordo com Soares, Pereira e Rodrigues (2020) para a educação especial, esse mesmo documento orienta que os professores do Atendimento Educacional Especializado (AEE) trabalhem de forma articulada com toda equipe escolar, adequando os materiais e dando suporte às famílias.

A Educação Especial não é mais concebida como um sistema educacional paralelo ou segregado, mas sim, como um conjunto de recursos que a escola regular deverá dispor para atender a diversidade de seus alunos, remetendo também aos procedimentos realizados pelo ensino remoto.

3 | METODOLOGIA

A metodologia escolhida aplicada ao estudo foi uma pesquisa qualitativa com as mães triadas bem antes do isolamento social, com o objetivo de oportunizar uma assistência educacional adaptada às necessidades das crianças, uma vez que estas estão sob a responsabilidade de seus familiares, recebendo assim, recomendações específicas de estimulação para desenvolver-se. Cinco mães foram selecionadas, pois estas já interagem entre si, formando esse pequeno grupo.

Com o auxílio de uma entrevista semiestruturada e um TCLE (Termo de Consentimento Livre e Esclarecido), on-line, separadamente, as mães responderam e feito isto, as respostas foram analisadas para verificação das necessidades e propor sugestões. Iniciamos com trocas de experiências, de atividades criativas para estimular seus filhos, além de realizarem “lives” com apresentação de materiais, vídeos, musiquinhas, instrumentos sonoros, os quais pudessem ser coadjuvantes à aprendizagem neste momento tão conturbado.

Dessa forma, o uso desses recursos, de baixo custo, e as tecnologias provenientes

das redes virtuais, conjugaram-se a fim de possibilitar um ambiente acolhedor para a estimulação das crianças com SCZV. As propostas de atividades devem garantir que as ferramentas digitais ou físicas sejam acessíveis a todos os estudantes, assegurar o Atendimento Educacional Especializado, que envolve parceria entre profissionais especializados e professores, para desempenhar suas funções na adequação de materiais, além de dar orientações e apoios necessários aos pais e responsáveis. As famílias são, sempre, parte importante do processo.

Sabendo que as interações sociais entre grupos heterogêneos são condições fundamentais para o desenvolvimento do pensamento e da linguagem, pensamos que quanto maior for o grupo de relações em que a criança participar, seu desenvolvimento será melhor.

A Educação Infantil, primeira etapa da educação básica, no Brasil, tem por finalidade o desenvolvimento integral da criança de até cinco anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade (BRASIL, Lei nº 9.394/96, Art. 29).

A Lei nº 13.146/2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, também conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, sistematizou uma série de atribuições relativas aos direitos das pessoas com deficiência, destinadas a assegurar e promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais dessas pessoas, visando à sua inclusão social e cidadania.

Daí, o direito à Educação Inclusiva ser garantido tanto pela Constituição, quanto pela Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência da ONU (Organização das Nações Unidas), assim como pela Lei Brasileira da Inclusão (LBI), de Nº 13.146/2015, que em seu Art. 3º para fins de aplicação, consideram-se:

III - tecnologia assistiva ou ajuda técnica: produtos, equipamentos, dispositivos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivem promover a funcionalidade, relacionada à atividade e à participação da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, visando à sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social;

Concernente ao princípio da igualdade e da não discriminação, o Artº4 aborda que toda pessoa com deficiência tem direito à igualdade de oportunidades com as demais pessoas e não sofrerá nenhuma espécie de discriminação. Assim,

§ 1º Considera-se discriminação em razão da deficiência toda forma de distinção, restrição ou exclusão, por ação ou omissão, que tenha o propósito ou o efeito de prejudicar, impedir ou anular o reconhecimento ou o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais de pessoa com deficiência, incluindo a recusa de adaptações razoáveis e de fornecimento de tecnologias assistivas.

Segundo Matuoka (2020), a garantia da Educação Inclusiva durante a pandemia, é direito dos estudantes. A autora relata que, acolher o estudante e sua família, com atenção

ao seu contexto e necessidades específicas, priorizando a conexão, o bem-estar e as possibilidades de cada família em lugar de volume de conteúdo, também são estratégias estimuladoras para otimizar o processo educativo das crianças especiais.

Estados e Municípios precisam conhecer essas necessidades e o perfil das crianças com SCZV, para definir políticas educacionais, garantir, desde a matrícula em creche e pré-escolas, a oferta de Atendimento Educacional Especializado (AEE), e profissional de apoio escolar, pois o processo de inclusão envolve o acesso, a permanência, o aprendizado e desenvolvimento pleno de crianças com a SCZ, a partir de programas de formação continuada de professores e profissionais, a reestruturação das instituições de Educação Infantil.

Contudo, algumas críticas têm sido dirigidas ao ensino remoto, no tocante ao despreparo diante da crise educacional brasileira, ou seja, a precariedade dos recursos que viabilizariam o processo ensino-aprendizagem para grande parcela de crianças e jovens brasileiros, acarretando assim, exclusão e agravo à qualidade do ensino da escola pública, além de arraigar as diferenças intelectuais entre os estudantes (CUNHA et al, 2020).

De acordo com os autores, não se trata de um “discurso negacionista” às tecnologias da informação utilizadas na educação, devido ao reconhecimento de suas potencialidades no processo de ensino-aprendizagem, e sim de uma reflexão acerca da necessidade de uma sociedade mais igualitária, com melhorias na formação docente, de projetos voltados para a garantia do direito à educação, a igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola, garantindo assim, o padrão de qualidade do ensino.

Cunha et. al (2020) abordam uma questão relevante nessa nova dinâmica escolar que vem interferindo nas atividades escolares, a saber: a espacial, ou melhor, espaço impróprio/inadequado ou escasso nas casas, como poucos cômodos e muitos integrantes ou excesso de movimento e barulho, sendo oportuno destacar também, os outros desafios domésticos tais como a participação dos pais/familiares como professores, já que algumas tecnologias utilizadas pelos professores ou a forma como desenvolvem o ensino não possibilitam a aprendizagem, exigindo desses mediadores domésticos os mecanismos pedagógicos necessários para tal, que poderá não acontecer adequadamente.

Para isso, os professores durante as “lives” com os familiares, passaram instruções sobre o que seria abordado, além de ajudarem a tirar dúvidas que surgiam, pois muitos alegavam não ter estudo suficiente, mas nada os tiraria do foco da tarefa.

Assim que essa pandemia passar, a escola certamente passará por um grande desafio, reparando as perdas acarretadas pelo ensino remoto, por meio de um trabalho a desenvolver-se com vistas à eliminação das desigualdades, da exclusão a que foi submetido grande quantitativo de estudantes, no intuito de oportunizar novos processos pedagógicos que ampliem o desenvolvimento intelectual, humano e do pensamento crítico, como também a formação da cidadania (CUNHA et. al, 2020).

4 | PRODUZINDO MATERIAIS DIDÁTICOS ACESSÍVEIS

De acordo com as Diretrizes Operacionais para o AEE (Atendimento Educacional Especializado) na Educação Básica, o professor especializado tem um papel muito significativo na produção, verificação da funcionalidade e aplicabilidade dos recursos a serem utilizados para mediar um processo de ensino e aprendizagem dos alunos. São atribuições desse profissional, a saber:

I – identificar, elaborar, produzir e organizar serviços, recursos pedagógicos, de acessibilidade e estratégias considerando as necessidades específicas dos alunos público-alvo da Educação Especial;

II – elaborar e executar plano de Atendimento Educacional Especializado, avaliando a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade;

III – organizar o tipo e o número de atendimentos aos alunos na sala de recursos multifuncionais;

IV – acompanhar a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade na sala de aula comum do ensino regular, bem como em outros ambientes da escola;

V – estabelecer parcerias com as áreas intersetoriais na elaboração de estratégias e na disponibilização de recursos de acessibilidade;

VI – orientar professores e famílias sobre os recursos pedagógicos e de acessibilidade utilizados pelo aluno;

VII – ensinar e usar a tecnologia assistiva de forma a ampliar habilidades funcionais dos alunos, promovendo autonomia e participação;

VIII – estabelecer articulação com os professores da sala de aula comum, visando à disponibilização dos serviços, dos recursos pedagógicos e de acessibilidade e das estratégias que promovem a participação dos alunos nas atividades escolares. (BRASIL, 2009 apud SOARES, PEREIRA & RODRIGUES).

Devido às condições de trabalho impostas pela pandemia, os recursos através de tecnologias digitais, ganham protagonismo, porém critérios precisam ser observados nas escolhas ou produções de materiais, seja por meio digital ou não, tais como:

a) adequação aos objetivos, conteúdo e grau de desenvolvimento, interesse e necessidades dos alunos;

b) adequação às habilidades que se quer desenvolver (cognitivas, afetivas ou psicomotoras);

c) simplicidade, baixo custo e manipulação acessível;

d) qualidade e atração (devem despertar a curiosidade).

Dentro de um ambiente escolar estimulante para a criança com SCZV, as atividades realizadas buscam desenvolver as habilidades sensoriais, a comunicação, a linguagem, comportamentos, os afetos, as emoções, além da motricidade. No ensino remoto, seguindo

critérios facilitadores, os responsáveis receberam orientações em prol de seus filhos, para que pudessem utilizar recursos diversos, desde materiais acessíveis existentes em casa, tais como, embalagens, garrafas PET, entre outros para confecção de brinquedos, até o próprio computador.

O material didático faz parte dos recursos a serem utilizados para mediar o processo de ensino-aprendizagem dos alunos. O professor especializado tem um papel muito significativo na produção, verificação da funcionalidade e aplicabilidade desses materiais.

No meio digital é possível ter acesso a sites, jogos e aplicativos que podem auxiliar o professor na produção de materiais didáticos acessíveis(SOARES, PEREIRA & RODRIGUES, 2020).

A tendência atual da educação brasileira é a opção para a inclusão de educandos com deficiência intelectual em classes comuns. E a inclusão das crianças acometidas pela SCZV, necessita começar o mais cedo possível. Assim, Saúde e Educação devem estar juntas nas propostas das políticas para Pessoas com Deficiência (PcDs).

A partir do diagnóstico, além da criança ser encaminhada a uma unidade de saúde com equipe multidisciplinar (serviço social, neurologia, pediatria do desenvolvimento, psicologia, fonoaudiologia, fisioterapia, terapia ocupacional, psicopedagogia e pedagogia hospitalar), ela deve ser encaminhada à Educação Infantil, modalidade oferecida às crianças de zero a cinco anos de idade pelas Secretarias Municipais de Educação, sendo de extrema importância a oportunidade dela vivenciar atividades dentro das adequações curriculares que por sua vez contribuirão para o desenvolvimento da linguagem, motricidade, inteligência e criatividade.

5 | CONCLUSÃO

O presente estudo buscou investigar os desafios e possibilidades da docência a crianças com a Síndrome Congênita do Vírus Zika por auxílio do ensino remoto durante esse tempo de pandemia de Covid-19. Por haver dificuldades no acesso à tecnologia e pelo caráter inédito da Síndrome, os problemas referentes à disponibilidade dos responsáveis, docentes, a reinvenção das estratégias e de recursos didáticos, foi necessário a adequação de materiais didáticos disponíveis no ambiente das fora do contexto escolar, e auxílio dos terapeutas que por sua vez, atendem as crianças em centros de reabilitação.

A microcefalia não é um agravo novo, tampouco uma nova doença, porém é um indicador de um déficit do crescimento cerebral, decorrente de várias etiologias, podendo estar relacionada a fatores genéticos e cromossômicos, além de exposições ambientais da gestante ao consumo de drogas, álcool, entre outras substâncias químicas ou radiação. Também se aplicam os distúrbios metabólicos e os processos infecciosos como rubéola, herpes e sífilis, de acordo com Vargas et al (2016).

Os bebês com microcefalia devem ter acesso ao conjunto de cuidados próprios da primeira infância e, sobretudo, àqueles, inerentes a sua condição específica. Sabendo que as crianças com microcefalia também podem aprender, se tiverem oportunidade de interagir desde a mais tenra idade, as creches devem acolher os bebês com microcefalia em ambientes inclusivos, ricos e estimulantes, que ofereçam por meio de ação interdisciplinar, as condições necessárias ao seu desenvolvimento integral (BRASIL, 2016, p. 47).

A inclusão de crianças com SCZV, devido aos comprometimentos ocasionados formalizada precocemente, só trará benefícios pois “com o suporte necessário e apropriado, às crianças pequenas com necessidades educacionais especiais podem tanto adquirir habilidades complexas quanto participar com sucesso de ambientes inclusivos”(MENDES, 2016, p.252).

Essa colocação corrobora como pensamento sobre a importância da Educação Infantil por ser a primeira etapa da Educação Básica e por oportunizar o aprendizado ao respeito às diversidades, uma vez que o convívio entre as crianças com desenvolvimento típico e atípico pode minimizar atitudes discriminatórias e preconceituosas.

Em função da pandemia de Covid-19, o suporte especializado ficou ao encargo dos responsáveis e outros cuidadores, visto que as atividades estão sendo realizadas pelos meios digitais, fato esse que muito necessitou de mudanças nos conteúdos programáticos, além de orientações por parte dos professores e de profissionais de saúde, sendo que esses últimos vêm mantendo seus atendimentos cotidianamente.

Segundo o pensamento de Da Silva et al. (2018) é importante que os professores e cuidadores tenham contato com profissionais de saúde de modo que estes forneçam informações quanto à importância de estimular a postura correta da criança, podendo para isso utilizar instrumentos como calça de posicionamento, cadeira de rodas, cadeira de posicionamento para o chão, mesa recortada, e também como segurar a criança no colo da maneira adequada e transportá-la com o máximo de segurança. Nem sempre os ambientes são propícios à realização de certas tarefas, pois há vários que apresentam condições precárias, até mesmo a ausência da Internet, ficando os suportes necessários restritos às idas da criança aos ambulatórios.

A experiência de imaginar a docência mediante o ensino remoto para as crianças com SCZV constitui-se um desafio devido ao fato de ser uma síndrome inédita e pelas dificuldades encontradas em face aos ambientes virtuais, para que seus suportes atinjam os objetivos com êxito. Materiais como caixas de papelão, chocalhos, bolas, rolos, almofadas, e até mesmo outros que possam ser criados, podem ser importantes aliados para auxiliar o desenvolvimento das crianças.

Os responsáveis e cuidadores por sua vez, recebem orientações a respeito do que podem realizar em prol do processo educacional de seus filhos, como oferecer condições favoráveis apesar dos entraves existentes, e por isso acreditam que as atividades propostas

e tudo o mais que vem sendo direcionado à aprendizagem dos pequenos, contribuirão para que isso se formalize.

As dificuldades das profissionais em imaginar suportes para suas atuações junto a esses discentes evocam a importância dos sistemas educacionais, através dos gestores escolares inclusive, atentarem para a necessidade de fortalecimento de vínculos entre sua equipe, unindo forças em prol da superação dos desafios que estão surgindo nesse cenário, assim como da imprescindível atuação do Estado, seja na promoção da capacitação do corpo de funcionários, seja na transformação da estrutura e da equipe de suporte para as diversidades de experiências que cada estudante leve à sala de aula, segundo Batista (2019).

A importância de se estudar sobre a SCZV faz-se necessário para um profundo conhecimento sobre suas especificidades, tais como a possibilidade da criança ter múltiplas deficiências ou apresentar crises convulsivas. A preocupação em atender a criança da melhor forma possível conforme recomendado pela legislação, é tarefa primordial tanto dos docentes quanto dos cuidadores e terapeutas, pois em linhas gerais, todos primam por aprender cada vez mais, além de contribuir significativamente para que a inclusão seja sempre efetiva, atingindo patamares superiores em todas as instâncias. As atividades planejadas, as estratégias de estimulação com materiais disponíveis nas escolas e nos ambulatórios, brinquedos padronizados, adaptações no mobiliário entre outros, cederam lugar às plataformas digitais, em decorrência da pandemia; outrossim, algumas escolas vêm retomando os AEEs de forma cautelosa, atendendo aos protocolos de higiene e isolamento social, mas que ainda alguns responsáveis temem.

Assim, é de suma importância que a inclusão escolar de crianças com a SCZV seja vista e reconhecida como um novo capítulo na história da Educação Brasileira, com a união de forças para que seja escrito da maneira mais bela possível, nas palavras de Batista (2019).

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Ministério da Saúde** (Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância Epidemiológica. Nota informativa nº1, de 17 de novembro de 2015. Procedimentos preliminares a serem adotados para a vigilância dos casos de microcefalia no Brasil [Internet]. Brasília: Ministério da Saúde; 2015 [acesso 2020, Agosto 30]. Disponível em: <http://portalsaude.saude.gov.br/images/pdf/2015/novembro/18/microcefalia-nota-informativa-17nov2015-c.pdf> » <http://portalsaude.saude.gov.br/images/pdf/2015/novembro/18/microcefalia-nota-informativa-17nov2015-c.pdf>

BRASIL. Ministério da Educação. Diretoria de Políticas de Educação Especial. Nota técnica nº 25/2016. Orientações para o acolhimento dos bebês com microcefalia pela educação infantil. In: BRASIL. **A consolidação da inclusão escolar no Brasil**. Brasília, DF, 2016. 413p.

BRASIL. Bases da Educação Nacional– Lei 9394/96–disponível em http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/LEIS

BRASIL. Lei nº. 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. *Diário Oficial da União* 2015; 7 jul.

BRUNONI, D et al. **Microcefalia e outras manifestações relacionadas ao vírus Zika: impacto nas crianças, nas famílias e nas equipes de saúde**. • Ciênc. saúde colet. 21 (10) Out 2016 • <https://doi.org/10.1590/1413-812320152110.16832016>

BATISTA, Gessivânia de Moura. **Processos imaginativos de educadora quanto à docência a crianças com a Síndrome Congênita do Vírus Zika**. Dissertação de Mestrado não publicada, Programa de Pós-graduação em Psicologia Cognitiva, UFPE, 2019

CUNHA, Leonardo Ferreira Farias da; SILVA, Alcineia de Souza; SILVA, Aurênio Pereira da. O ensino remoto no Brasil em tempos de pandemia: diálogos acerca da qualidade e do direito e acesso à educação. **Revista Com Censo: Estudos Educacionais do Distrito Federal**, [S.l.], v. 7, n. 3, p. 27-37, ago. 2020. ISSN 2359-2494. Disponível em: <<http://periodicos.se.df.gov.br/index.php/comcenso/article/view/924>>. Acesso em: 12 set. 2020.

DAVIS, Angela. **Sobre educação e cultura** (págs. 143 – 194). In: Davis, Angela. *Mulheres, cultura e política*. São Paulo: Editora Boitempo, 2017.

DA SILVA, Flávia Calheiros. et al. Capacitação para profissionais de Educação Infantil sobre as necessidades educacionais de crianças com Síndrome Congênita do Vírus Zika e outras alterações neurológicas. **Revista Educação**. Batatais, v. 8, n. 1, p. 57-71, jan. 2018.

DECLARAÇÃO MUNDIAL SOBRE EDUCAÇÃO PARA TODOS. **Plano de Ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem**. Tailândia, 1990. Disponível em <http://www.educacaoonline.pro.doc_declaracao_mundial_sobre_educacao_para_todos.asp>. acesso em 24 jul, 2018.

FERNANDES, Ediclea Mascarenhas, ORRICO, Helio Ferreira. **Acessibilidade e Inclusão Social**. Editora Deescubra. Rio de Janeiro, 2012.

GOMES, E.M, CÂMARA, C.M.F. Formação de Professores e Metodologias Frente à Inclusão de Alunos com Microcefalia na Educação Infantil. 2019 <<http://www.editorarealize.com.br>>

MATUOKA, Ingrid. **Educacao Integral.cre.br**. Portal do MEC. Publicado em 03 de Junho de 2020.

MENDES, Enicéia Gonçalves; FERREIRA, Júlio Romero; NUNES, Leila Regina D'Oliveira de Paula. **Integração/inclusão: o que revelam as teses e dissertações em educação e psicologia**. In: NUNES SOBRINHO, Francisco de Paula (Org.). *Inclusão educacional: pesquisas e interfaces*. Rio de Janeiro, Livre expressão, pg. 98-149, 2003.

MENDES, Eniceia Gonçalves. **Inclusão marco zero: começando pelas creches**. São Paulo: Jaqueline&Marin editores, 2016.

MONTEIRO, S. P.; FERNANDES, E. M.; Orrico, H. Protocolo de Atendimento Educacional para Crianças com a Síndrome Congênita do Zika Vírus e outras alterações do Desenvolvimento. Universidade Federal Fluminense, Mestrado Profissional em Diversidade e Inclusão. Associação Brasileira de Diversidade e Inclusão (ABDI): Niteroi, 2018. 70 p.

MONTEIRO, S. P.; FERNANDES, E. M. A Estimulação Precoce como Fator Essencial no Desenvolvimento de Bebês com Microcefalia em Consequência da Síndrome Congênita do Zika Vírus. In: Ponto de Vista em Diversidade e Inclusão- volume 3- LIMA, Neusa Rejane Wille; DELOU, Cristina Maria Carvalho; PERDIGÃO, Luciana Tavares (org.), Niteroi- Rio de Janeiro, . Associação Brasileira de Diversidade e Inclusão (ABDI), 2017.

SOARES, Gabrielle de Oliveira Camacho; PEREIRA, Elizabeth Rodrigues de Oliveira; RODRIGUES, Suellen da Rocha. **Adequações de tecnologia, adaptação curricular e aproveitamento de recursos na perspectiva do ensino remoto. Universidade Federal Fluminense – UFF.** Instituto Federal de Biologia – Curso de Mestrado Profissional em Diversidade e Inclusão- CMPDI – Serviço de Atendimento Educacional Especializado no Contexto da Pandemia de Covid-19. Setembro 2020.

VARGAS, Alexander. et al. Características dos primeiros casos de microcefalia possivelmente relacionados ao vírus Zika notificados na Região Metropolitana de Recife, Pernambuco. **Epidemiologia e Serviços de Saúde.** Brasília, n. 25, v. 4, p. 691-700, out. 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/ress/v25n4/2237-9622-ress-S1679_49742016000400003.pdf. Acesso em: 13 dez. 2019

ÍNDICE REMISSIVO

A

Acessibilidade 1, 14, 17, 18, 21, 41, 43, 54, 62, 68, 73, 77, 85, 89, 92, 104, 105, 112, 128, 137, 138, 140, 141, 143, 147, 149, 150, 151, 152, 153, 155

Adaptação Curricular 60, 76, 90, 111, 112, 113, 114, 116, 117

Alunos Cegos 61, 62, 155, 156, 157, 163

Aprendizagem em Física 68

C

Crianças 13, 2, 7, 9, 10, 12, 13, 14, 15, 16, 18, 29, 31, 48, 56, 57, 59, 64, 66, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 86, 87, 88, 89, 91, 92, 93, 94, 96, 97, 99, 100, 102, 106, 108, 109, 112, 122, 127, 129, 130, 131, 132, 134, 164, 166, 167, 168, 170, 172, 173, 174, 179, 183, 185, 188

D

Deficiência 9, 10, 12, 13, 2, 3, 4, 6, 8, 9, 11, 13, 14, 15, 16, 17, 20, 21, 22, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 35, 36, 37, 38, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 47, 48, 49, 50, 52, 54, 58, 60, 63, 64, 66, 68, 69, 70, 71, 72, 74, 77, 81, 83, 86, 89, 92, 100, 101, 102, 103, 104, 106, 108, 109, 110, 113, 114, 115, 117, 124, 126, 127, 138, 139, 141, 144, 145, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 157, 164, 165, 166, 167, 168, 170, 177, 178, 179, 180, 181, 183, 184, 185, 187, 188, 189, 190

Deficiência auditiva 13, 92, 100, 164, 165, 166, 168, 178

Deficiência Intelectual 12, 13, 58, 63, 68, 70, 71, 74, 86, 101, 102, 103, 104, 106, 108, 109, 117, 178, 183, 184, 187, 188, 189

Diversidade 9, 1, 5, 7, 9, 37, 39, 49, 82, 89, 90, 109, 113, 118, 155, 156, 170, 171, 181, 183

E

Educação 2, 9, 10, 11, 12, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 14, 15, 16, 17, 18, 20, 21, 22, 24, 28, 30, 31, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 93, 100, 101, 102, 108, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 122, 123, 124, 125, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 152, 155, 156, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 170, 171, 175, 178, 180, 182, 183, 184, 186, 188, 189, 190, 191

Educação de Jovens e Adultos 11, 35, 36, 37, 38, 42, 44, 50, 51

Educação Especial 9, 11, 1, 2, 3, 8, 14, 15, 18, 21, 35, 36, 37, 38, 42, 43, 44, 45, 48, 53, 54, 55, 56, 57, 59, 60, 65, 66, 68, 69, 70, 71, 72, 74, 77, 78, 81, 82, 85, 88, 100, 101, 111, 113, 114, 115, 116, 118, 122, 123, 127, 132, 138, 139, 140, 142, 143, 145, 155, 170, 180, 184, 189, 190

Educação Inclusiva 9, 12, 4, 5, 8, 18, 20, 35, 37, 43, 54, 60, 63, 65, 66, 68, 70, 71, 75, 77, 78, 81, 83, 111, 112, 113, 116, 117, 118, 122, 123, 137, 138, 139, 140, 144, 145, 147, 170, 171, 178, 180, 182, 184, 189, 190

Educação Superior 16, 17, 61, 68, 70, 71, 72, 73, 75, 77, 78

Ensino 9, 12, 13, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 10, 14, 15, 16, 17, 22, 24, 26, 27, 29, 31, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 45, 46, 48, 50, 53, 55, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 64, 65, 66, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 84, 85, 86, 87, 89, 90, 94, 95, 103, 104, 105, 111, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 122, 127, 129, 130, 131, 135, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 162, 163, 164, 165, 167, 170, 173, 177, 179, 180, 181, 189, 191

Ensino-aprendizagem 57, 80, 84, 86, 164, 189

Ensino Remoto 12, 79, 81, 82, 84, 85, 86, 87, 89, 90

Escolarização 11, 9, 26, 27, 28, 29, 31, 32, 33, 54, 71, 72, 81, 133, 140, 141

Estado do Conhecimento 12, 125, 126, 127

F

Família 20, 21, 23, 24, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 41, 48, 63, 83, 84, 92, 104, 105, 115, 164, 166, 167, 171, 179, 180

Formação de Professores 4, 35, 64, 65, 71, 89, 118, 125, 127, 128, 131, 134, 139, 152, 171, 182

G

Geometria 13, 156, 157, 158, 162, 163

H

Habilidades Auditivas 91, 92, 93, 94, 97, 99

I

Implante Coclear 12, 29, 91, 92, 93, 99, 100

Inclusão 9, 10, 11, 12, 13, 1, 2, 3, 4, 5, 7, 8, 9, 11, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 25, 32, 35, 37, 38, 40, 42, 43, 44, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 62, 63, 64, 65, 66, 68, 70, 71, 72, 76, 78, 79, 80, 81, 83, 84, 86, 87, 88, 89, 90, 100, 112, 113, 116, 118, 122, 123, 125, 130, 131, 132, 135, 136, 137, 143, 145, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 165, 166, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 178, 183, 189, 190

Inclusão Escolar 11, 13, 1, 2, 3, 4, 5, 9, 11, 14, 16, 18, 19, 20, 21, 22, 25, 32, 50, 58, 59, 60, 66, 70, 88, 112, 122, 125, 130, 131, 132, 136, 169, 170, 171, 172, 175

Inclusão Social 9, 10, 11, 3, 4, 11, 35, 40, 43, 83, 89, 100, 135

Integração Sensorial 13, 169, 170, 172, 173, 174, 175, 176

L

LBI 83, 147, 148, 149, 151, 153, 189

M

Microcefalia 79, 80, 86, 87, 88, 89, 90

P

Perspectiva Sociológica de Boudieu 20

Poções-BA 12, 137

Políticas Públicas 9, 4, 15, 36, 43, 46, 48, 50, 137, 138, 139, 144, 145, 147, 148, 150, 153, 171

Práticas Inclusivas 12, 61, 81, 111, 118, 138, 143, 175

Produção do conhecimento 53, 54

Público Alvo 53, 55, 59, 60, 65, 140, 142

S

Sala de Recursos Multifuncionais 35, 38, 42, 44, 47, 48, 58, 85, 103, 104, 105, 106, 113, 115, 122

Síndrome da Talidomida 11, 9, 10, 11, 12, 17

Surdez 13, 29, 61, 64, 78, 91, 164, 166, 168

T

Terapia Assistida por Cães 12, 101, 102, 103, 104, 107, 109

Transtorno do Espectro do Autismo 12, 13, 125, 126, 127, 128, 129, 131, 134, 135, 169, 170, 171, 172

U

UFC 12, 147, 148, 151, 152, 153, 155

Z

Zika Vírus 12, 79, 80, 89, 90

Educação:

DIÁLOGOS
CONVERGENTES
E ARTICULAÇÃO
INTERDISCIPLINAR


Ano 2021

www.atenaeditora.com.br 
contato@atenaeditora.com.br 
[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 
www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

4

*Da vida quero o abraço, um sorriso, um passo a passo, alegria, imperfeição,
ensinar é aprender
ver o mundo,
Gente e letra, dando as mãos, aprender é transformar, ler o mundo, o meu lugar,
compreender,
conhecer meu
próprio chão,
criar asas
pra voar, alcançar a imensidão, à distância, nem olhar, o meu eu, libertação.*



Educação:

DIÁLOGOS
CONVERGENTES
E ARTICULAÇÃO
INTERDISCIPLINAR

Atena
Editora
Ano 2021

www.atenaeditora.com.br 
contato@atenaeditora.com.br 
[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 
www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

4

*Da vida quero o abraço, um sorriso, um passo a passo, alegria, imperfeição,
ensinar é aprender
ver o mundo,
Gente e letra, dando as mãos, aprender é transformar, ler o mundo, o meu lugar
compreender,
conhecer meu
próprio chão,
criar asas
pra voar, alcançar a imensidão, à distância, nem olhar, o meu eu, libertação.*

